



Ser candidato a cargo eletivo é um direito de todo cidadão. Já ser eleitor é um dever. Assim sendo, ambos, candidato e eleitor, têm responsabilidades.

Por isso, é importante que cada candidato mostre aos eleitores as suas propostas para que sejam avaliadas. Assim, passo a expor o que penso ser o melhor para o nosso Estado, que a meu ver é a reformulação total da Segurança Pública. Fazê-la é tão urgente quanto necessário, já que atualmente esta é a principal preocupação dos cidadãos ao mesmo tempo em que sempre foi, e será a minha principal

bandeira de luta.

Política de Segurança Pública

De forma geral, só vamos melhorar a Segurança Pública se o governo implantar um **Projeto** de Políticas Públicas alicerçado em dez pilares, que são:

- Satisfação Profissional dos Policiais;
- Qualificação Profissional;
- Tecnologia Aplicada
- Estrutura Organizacional
- Planejamento Estratégico
- Aumento de Efetivo
- Ações Sociais
- Participação Comunitária
- Justiça Criminal
- Modernização Penitenciária.

Sem ações voltadas para fortalecer esses dez pilares, continuaremos a enfrentar problemas com a insegurança pública.

Políticas Públicas Voltadas para os Policiais Baianos

Nesta dissertação, voltada para os policiais, por não possuir espaço suficiente, abordarei apenas o pilar Satisfação Profissional dos Policiais detalhando-o abaixo:

Nenhum **Projeto** de Política Pública terá êxito se não houver satisfação dos policiais para o exercício profissional. Ou seja: não adianta só comprar viaturas, EPs, armas ou aumentar efetivo, se o recurso humano não estiver satisfeito com a sua profissão. Aliás, isso se aplica a qualquer atividade profissional.

Para a plena realização profissional dos policiais, as seguintes medidas devem ser implementadas, dentre outras:

1) Valorização da profissão com salários compatíveis com a importância e com os riscos das atividades dos policiais. A questão salarial envolve:

- Subsídio, previsto na Constituição Federal e nos moldes que lutamos pela PEC 300;
- Enquanto não se implanta o Subsídio com a PEC 300, o governo deve pagar aos policiais o que já está garantido em lei, como: GAP IV e V; GAP para os inativos; Periculosidade; Insalubridade; Revisão dos Vencimentos com base na URV; Horas Extras; Substituição para os praças em função de oficial; Gratificação de Titulação, para estimular os estudos (o que já existe em outras categorias); Elevação do "teto" salarial no Poder Executivo, que é menor do que o "teto" nos demais poderes e que "achata" os vencimentos de todos; Aumento do valor da gratificação por arma apreendida, que está muito baixa; Aumento do percentual do CET dos praças que está muito baixo; Extensão do CET para os demais policiais, com a contrapartida das atividades operacionais; Criação da gratificação (DAI) para CMT de Pelotão, de DPM e de Guarnição de viatura; Ampliação de Gratificação (DAS) para o QOSPM, QOAPM e QOPM; Implantação da RTI (Gratificação por Regime Integral de Trabalho), já previsto em lei; Implantação da Gratificação de Produtividade, já prevista em lei; Aumento do valor do soldo de todos os policiais, da forma como ocorreu com as demais categorias.

2) Estímulo ao Plano de Carreira, com programas de ascensão nos cargos, de forma a valorizar cada vez mais a qualificação profissional: Reduzir o tempo de permanência do Sd PM na mesma graduação, com promoção automática à graduação de Cabo PM; Ter maior ascensão de praças ao oficialato, com a fusão do QOAPM e QCOPM, criando o Quadro Especial de Oficiais, tendo a exigência de curso de nível superior para ingresso no Curso de Formação de Soldado, chegando ao posto de Coronel; Exigência de curso de Bacharelado em Direito para ingresso no Curso de Formação de Oficiais, que passaria a ser curso de Pós-Graduação, tanto quanto o curso de Formação de Oficiais do QEOPM. Essa medida traria benefícios para toda a PM e para a Segurança Pública; Ter maior oferta de cursos de Aperfeiçoamento de Sargentos, inclusive na modalidade semi-presencial, com interiorização para facilitar os Sargentos de todo o Estado; Redução das **Vagas** por merecimento e adoção de valores mais objetivos de aferição de merecimento; Criação e valorização do critério de Mérito Intelectual, para estimular os estudos de assuntos técnicos e de interesse do Segurança Pública; Aumento das **vagas** de 1º SGT e SUB TEN PM, para acelerar o plano de carreira dos praças. Temos que ter uma visão de uma Corporação com ênfase na concepção policial. O militarismo, dessa forma não pode se sobrepor à perspectiva policial. Com isso, é possível sim aumentarmos as **vagas** de 1º SGT e SUB TEN PM; Maior equilíbrio de **vagas** entre o QOPM e o QEOPM (a ser criado com a fusão do QOAPM e QCOPM).

A PMBA forma muitos Tenentes QOPM por ano, o que gera problemas na ascensão aos postos do oficialato superior, já que a base da "pirâmide" (o tenente QOPM) é muito grande. Por outro lado excelentes praças encontram dificuldades de acesso ao oficialato por falta de vagas. Esse equilíbrio de vagas entre o QOPM e o QEOPM propiciaria uma ascensão maior na carreira, tanto de oficiais quanto de praças.

Aliás, esse é o sistema adotado no Exército, com equilíbrio de oficiais da AMAN e os Tenentes R-2, o que garante promoções rápidas dos oficiais "de Academia". Como a PMBA não tem oficiais temporários, pode utilizar os praças mais experientes, mais preparados para atender as necessidades de tenentes da PMBA.

Tenho plena consciência de que essas ideias não são promessas, até porque não cabe por lei a um deputado estadual implantar essas propostas, mas sim o governador e seus secretários. E para conquistarmos essas vitórias, temos que ter ideias, propostas, projetos e muita luta, através da união de todos.

Assim, posso garantir que continuarei apresentando as propostas com muita disposição para a luta com companheirismo, idealismo e honestidade.

PS1: Capitão Tadeu Fernandes é oficial da Reserva Remunerada da PMBA, Deputado Estadual baiano e candidato à reeleição no próximo pleito eleitoral;